

O QUE É ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA? CONCEPÇÕES DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TEIXEIRA DE FREITAS

Helania Thomazine Porto Veronez*

Em 2002 foi realizada uma pesquisa intitulada: *A prática pedagógica do ensino de língua portuguesa no ensino fundamental nas escolas públicas e particulares de Teixeira de Freitas/BA*, elaborada e executada com os alunos do VI semestre do curso de Pedagogia – habilitação em Magistério da pré-escola à 4ª série, matriculados na disciplina Metodologia do ensino da língua portuguesa, por mim orientada.

A fim de ordenar a exposição dos resultados obtidos, inicialmente faremos um breve resumo da pesquisa, indicando a perspectiva de leitura, escrita e percepção que orientou o trabalho. A seguir, será feito um recorte, para apresentar algumas reflexões acerca da concepção de ensino de língua portuguesa nas séries iniciais do ensino fundamental, nas escolas públicas e particulares de Teixeira de Freitas. Será feita também a interpretação dos depoimentos escritos apresentados pelos professores de 1ª à 4ª séries, que participaram do estudo, evidenciando as respostas que foram mais presentes nas entrevistas escritas. O interesse é ver como cada professor trata a língua e as variantes regionais presentes na oralidade e nas produções escritas dos educandos. Além dos depoimentos registrados, foram observados também as metodologias e os recursos utilizados pelos professores nas aulas de Língua Portuguesa.

* Professora Assistente da Universidade Estadual da Bahia, Campus X.

Sendo assim foram organizadas situações, sob forma de entrevistas individuais e observações da prática docente. Conversamos com 24 professores (sendo 12 de escolas particulares e 12 de escolas públicas) para que mediante a análise de suas respostas, pudéssemos apresentar a concepção de ensino de língua que está sendo construída no espaço escolar.

As amostras foram produzidas nas seguintes condições: cada aluno do Curso de Pedagogia escolheu uma série de uma escola ou de rede pública ou particular de Teixeira de Freitas. Observaram as aulas ministradas pelos professores durante uma semana, conversaram informalmente com os professores e deixaram com cada docente um roteiro de perguntas. Os professores foram orientados que respondessem individualmente e livres, a partir de suas convicções sobre as questões: Quanto ao ensino de língua, qual a sua prioridade: o estudo da gramática normativa, a leitura ou a produção textual? Como aborda os conteúdos de língua portuguesa eleitos? Que material didático é adotado? Além da entrevista, os graduandos de Pedagogia do Campus X observaram a prática dos docentes, anotando as impressões numa folha de registro que pontuava: os aspectos interativos (professor x aluno), aproveitamento do conhecimento de mundo do aluno pelo professor, a concepção do docente acerca do ensino de língua portuguesa, participação dos alunos em sala de aula.

Posteriormente procedemos à leitura das 24 respostas registradas no formulário de entrevista, refletindo sobre as seguintes questões: quais aspectos da linguagem são tratados prioritariamente pelos professores nas aulas de língua portuguesa? O que essas preferências revelam a respeito da concepção de ensino de língua portuguesa?

Com relação ao estudo de língua portuguesa que vimos discutindo em sala de aula, concordamos com Mattos e Silva (apud Azevedo, 2000, p. 19) que assim se expressa:

O objetivo do ensino do português na escola brasileira será a elaboração do já adquirido naturalmente e oralmente, pela maioria dos brasileiros, em diversificados contextos de aquisição, a depender da história individual e social de cada um. O que estou designando de elaboração se refere ao que, no processo de escolarização, no âmbito da disciplina Língua Portuguesa no Brasil, abrange obviamente a aquisição do uso escrito, tanto no processo de produção da escrita como de sua recepção na leitura, e o aperfeiçoamento, não só no do escrito como também dos usos orais, tanto na sua produção como recepção, para cumprirem funções sociais diversificadas e adequadas às múltiplas situações comunicativo-expressivas necessárias ao convívio e à situação social.

Compreendemos que o trabalho com a língua no ensino fundamental e demais níveis deveria estar centrado em práticas que formem leitores, indivíduos capazes de compreender e interpretar os mais variados tipos de textos, e não meros decodificadores de palavras. O ensino de língua deveria formar indivíduos que saibam também extrair informação, inferir no texto e produzir seus próprios textos. Um outro aspecto que não pode ser desprezado é o conhecimento das variantes linguísticas e o combate ao preconceito que se tem com as formas que não são consideradas de prestígio. É preciso conhecer os vários falares e respeitar o falante que não usa a norma considerada culta-padrão.

Devido à amplitude dessa temática, evidenciaremos apenas alguns aspectos observados nas práticas docentes dos educadores do ensino fundamental quanto à questão do ensino de língua portuguesa tanto em escolas públicas como particulares. Será evidenciado também o que foi mais presente nos depoimentos escritos dos educadores durante as entrevistas e observações das práticas docentes.

Antes da análise dos escritos pelos docentes acerca da temática, convém apresentar algumas considerações sobre o estudo da língua portuguesa apresentada também por Mattos e Silva (apud Azeredo, 2000, p. 19):

São, ao meu ver, instigantes os nossos objetivos, os dos professores de português como língua materna, sobretudo porque já partimos de uma realidade em sala de aula em que há um saber compartilhável entre estudantes e professores. Tanto uns como outros já partilham um conhecimento comum, o que, do meu ponto de vista, deve diluir a figura de autoridade que reveste, em geral e tradicionalmente, o papel do professor. Assim, desde as series iniciais, poder-se-á, diria antes dever-se-á desenvolver um processo contínuo de diálogo e de discussão entre o conhecimento que já possuem os estudantes e o saber já elaborado dos professores. Essa simetria de base torna assim o nosso trabalho interenriquecedor e deveria ser a motivação fundamental, a meu ver, a ser usada em sala da aula, pelos professores de português como língua materna.

Vamos, então, aos professores. Para este estudo interessam-me os depoimentos em que há alguma manifestação relativa à concepção da língua, linguagem e ensino-aprendizagem.

Todos os professores das escolas particulares analisadas têm formação superior, alguns habilitados em Pedagogia, outros em Letras. Oito professores entre os entrevistados trabalhavam com apostilas adotadas pela escola e os outros trabalhavam com livro didático. Dos 12 professores das escolas privadas, 84% compreendem que no ensino de língua portuguesa deve-se trabalhar tanto com a produção textual quanto com o estudo da gramática e com leitura.

(1) Saliento que todos os elementos (gramática normativa, leitura e redação) fazem parte do ensino da língua, e não devemos separá-los. Nosso principal objetivo é que o aluno domine a língua e use-a a seu favor, expressando o que pensa e o que sente.

Alguns professores observaram a importância do estudo da leitura e da escrita. Só a partir daí é que se deve estudar a estrutura normativa da língua escrita.

(2) Eu particularmente tenho dado prioridade ao trabalho com leitura e produção de textos, contextualizando a gramática normativa. Porque a gramática se aprende melhor no conjunto com a redação, a leitura e a interpretação de textos. A gramática solta não diz muito aos alunos.

Percebe-se que de várias maneiras os professores estão compreendendo que o ensino da língua não se limita ao estudo prescritivo de regras, mas ao estudo da função social da leitura e da produção textual, tanto oral quanto escrita.

(3) *Não há prioridade. A gente trabalha tomando como ponto de partida o texto do aluno e de outros autores. E partindo deles o estudo dos conceitos gramaticais presentes nos textos.*

O que se percebe também que está presente nossas concepções uma preocupação em se estudar a gramática normativa. O ensino da gramática normativa ainda é sinônimo de estudar a língua portuguesa, tanto para os pais como para alguns professores. Os pais das crianças, principalmente, os daqueles de escolas privadas indagam aos professores sobre o estudo da gramática. Para esses o domínio das regras gramaticais significa saber bem a língua portuguesa. Professores e coordenadores de escolas particulares sentem-se inseguros e acuados pelos pais, entendendo ser obrigação da escola cumprir as exigências dos familiares.

(4) *Como o ensino da língua nesta escola é ministrado na perspectiva do letramento, todos os aspectos da língua: gramática, ortografia, pontuação, coerência textual, coesão... são trabalhados de forma conjunta, sempre buscando que o educando desenvolva as competências: ler, interpretar e escrever.*

Por meio das leituras dos depoimentos e das observações das práticas dos 12 docentes do ensino fundamental do ensino privado, é possível compreender que a concepção de ensino de língua está voltada para a perspectiva da Linguística Textual que trata da importância da construção do texto, observando os fatores de textualidade, especificamente a coerência e a coesão. Apesar da ênfase ao estudo da gramática normativa, os educadores justificam tal escolha frente as exigências dos pais, ao mesmo tempo em que confirmam suas crenças. Segundo Bagno (1999), não é a gramática normativa que vai garantir a existência de um padrão linguístico uniforme. O aprendizado da ortografia se faz pelo contato íntimo e frequente com textos

bem escritos, e não com regras mal elaboradas ou com exercícios pouco esclarecedores.

Não é a gramática normativa que vai garantir a existência de um padrão linguístico uniforme... O aprendizado da ortografia se faz pelo contato íntimo e frequente com textos bem escritos, e não com regras mal elaboradas ou com exercícios pouco esclarecedores.

Concordamos com Bagno, no sentido de que o ensino da língua tem que estar ligado à recuperação de sua função social. Acreditamos que é pelo caminho da leitura e da escrita que o professor terá condições de observar o funcionamento da língua nos textos de seus alunos; e, a partir daí, refletir sobre a língua e sua heterogeneidade, suas variantes. Dentro dessa proposição, trabalhar com o alunado a reescrita de textos, tendo em vista a ampliação das ideias, reformulação de frases ambíguas e/ou confusas, adequando palavras e expressões pertinentes à coerência do texto. Enfim, verificar outras possibilidades de organização frasal no texto, percebendo o texto não como um produto em si, mas como resultado de uma atividade linguística-cognitiva socialmente situada. Segundo Fávero (1993, p. 11): “o texto é mais do que a soma dos enunciados que o compõem. Sua produção e compreensão derivam de uma competência específica do falante – competência textual”.

Salientamos, no entanto, que todos os professores observados demonstraram uma mesma preocupação: ensinar bem a língua portuguesa, formar sujeitos críticos, leitores e produtores de textos. Há também nas três escolas analisadas relações de cordialidades, respeito entre os professores e alunos. Os alunos se sentem confortáveis quanto à participação em sala-de-aula.

Apesar de percebermos um resultado satisfatório na aprendizagem dos conteúdos propostos pelos professores e pelo material adotado, os professores sentem-se pressionados a cumprir o programa estabelecido, devido à exiguidade de tempo para “dar conta dos conteúdos propostos” nas apostilas e livros didáticos adotados. Como podemos perceber, os professores conhecem sobre os que fazer, mas não sabem como flexibilizar o planejamento para terem tempo de investir na leitura, na oralidade e na escrita; atividades tão ricas e necessárias aos alunos de series iniciais do ensino fundamental, para fazer valer o direito de cada criança em: falar, ouvir, ler e escrever.

Entre os professores da rede pública que participaram da pesquisa 100% possuem só o ensino médio, formação em magistério. Dentre esses, 66% acreditam que aprender português é dominar as regras da gramática normativa. Para eles, a base de estudo da língua está na compreensão da ortografia, condição imprescindível para o aprendizado da escrita.

(5) *Priorizo a gramática, porque entendo que um indivíduo precisa escrever bem e interpretar.*

(6) *Trabalho diretamente com a gramática. Acredito que é a base.*

(7) *A gramática e redação. A gramática tem que ser trabalhada devido as muitas regras que o nosso português tem. E a redação para preparar os nossos alunos para o vestibular e concursos futuros.*

A leitura que fizemos das observações da prática docente desses educadores aponta para uma dificuldade, a de se estabelecer em sala de aula momentos de expressão com liberdade, sem imposições. Para eles, é muito importante dominar a gramática; consideram que dominando as regras os alunos serão capazes de ler e escrever com fluência, e assim, obterão a ascensão social.

Sabemos que mais facilmente o aprendiz tem acesso à norma culta, quando não é reduzido ao silêncio e quando exercita espontaneamente a modalidade de sua linguagem, pois assim é capaz de confrontá-la com outras modalidades e de perceber os valores sociais que são atribuídos à norma padrão e à não-padrão. Talvez, por uma postura ingênua, os educadores insistem em ensinar ortografia, acabando por evidenciar os “erros ortográficos” com longas aulas de correção gramatical no quadro, reforçando a memorização e repetição de longas listas de como se escreve.

É muito forte ainda para os educadores a concepção de que aprender português é dominar as regras da gramática normativa.

Os professores, nas entrevistas, falaram da importância de se trabalhar a leitura e a escrita, mas não conseguem pôr em prática e acabam realizando em sala só o que o livro didático aponta – leitura e interpretação.

Não poderíamos de deixar de sinalizar, sob o risco de sermos levianos, um dado que nos parece de suma importância: os professores não agem dessa maneira na intenção de prejudicar os seus alunos, mas por compreenderem que o ensino da língua é o estudo de um aspecto apenas, o que foi de certa forma muito presente e reforçado nas escolas até a década de 90. Sendo assim, eles reproduzem o que vivenciaram na sua vida estudantil. A formação no Magistério não é suficiente para o aprofundamento em teorias, tais como as contribuições da Sociolinguística, da Linguística Textual, da Pragmática, entre outras estudadas na graduação.

Em alguns momentos, realizaram atividades de leitura e produção de textos. Após a “Hora do Conto” era proposto aos alunos que elaborassem textos orais e escritos, mas o material produzido não cumpria a função social que deveria: informar sobre o que entenderam, socializar os conhecimentos que os alunos adquiriram no momento do conto, quais problemas e dificuldades estão presentes no texto. Infelizmente, os professores não percebiam que é da produção textual do aluno que emerge o material vivo de linguagem a ser refletido, analisado, comparado e direcionado à compreensão e utilização da gramática normativa.

Um dos principais objetivos do ensino da língua deveria ser encaminhar o aluno no mundo da leitura e da escrita, para que este tenha condição de expressar com coesão e coerência, ampliando seus horizontes linguísticos, provocando reflexões acerca da língua e suas estruturas morfo-sintática-semântica.

Os professores, no entanto, reconhecem a necessidade de uma capacitação profissional, percebem a importância do seu papel no processo ensino-aprendizagem. Alguns falaram da importância de terem feito o “Pró-formação” e que a “Hora do Conto” e o momento da produção textual são propostas estudadas por eles no referido curso.

Concluimos que para os educadores das primeiras séries do ensino fundamental de Teixeira de Freitas, o ensino de língua materna ainda está fortemente representado pela aquisição dos aspectos normativos do sistema linguístico, não vislumbrando a *Gramática Internalizada* e a *Gramática Descritiva*, reduzindo o conceito de língua e linguagem, priorizando o discurso escrito (nem sempre do aluno, mas dos autores) em detrimento do discurso oral.

O ensino da escrita deveria começar por explicar aos alunos a necessidade de pautar a produção textual por indagações voltadas para a dimensão interacional: por que e para que eu estou escrevendo? Quem é meu leitor? Em que suporte meu texto vai circular, em que condições será lido? Quanto essas questões orientam a escrita, fica claro para o aluno-autor que o processo envolve escolhas, decisões, detecção e resolução de problemas. Fica claro ainda que é preciso empregar-se no gerenciamento da propriedade e eficácia do texto que está sendo construído, definindo estratégias adequadas aos seus objetivos e à receptividade dos leitores previstos.

No que diz respeito à leitura e à escrita, concordamos com Paulo Freire, que assim se expressou:

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é,
antes de mais nada aprender a ler o mundo,
compreender o seu contexto, não numa

manipulação mecânica da palavra, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (1997, p. 69).

O ensino da língua com vistas a desenvolver a competência do alunado, no que se refere à compreensão da linguagem, nas suas mais diversas manifestações, deve levar em consideração:

1. A prática da oralidade e da escrita de forma integrada, levando os alunos a identificar as relações entre oralidade e escrita;
2. As habilidades de uso da língua escrita em situações discursivas diversificadas;
3. As habilidades de produzir e ouvir textos orais de diferentes gêneros e com diferentes funções, conforme os interlocutores, os seus objetivos, a natureza do assunto sobre o qual falam e escrevem, o contexto. Enfim, as condições de produção do texto oral ou escrito;
4. Reflexão sobre os textos que leem, escrevem, falam ou ouvem, inferindo, de forma contextualizada, a gramática da língua, as características de cada gênero e tipo de texto;
5. As condições de produção do discurso na construção do texto e de seu sentido;
6. As habilidades de interação oral e escrita em função e a partir do grau de letramento que o aluno traz de seu grupo familiar e cultural;
7. A motivação e o objetivo para ler textos de diferentes tipos e gênero, para diferentes interlocutores, em diferentes situações de produção.

O trabalho de ensino da língua orientado por uma compreensão sociolinguística pode contribuir com sucesso para a formação de educandos sujeitos, leitores e escritores de suas próprias histórias.

Referências

AZEREDO, José Carlos de (Org). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1999.

BARZOTTO, Valdir Heitor (Org). *Estado de leitura*. Campinas/S.P: Mercado das Letras, 1999.

FAVERO, L.L.; KOCH, I. V. *Linguística textual: introdução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Ática, 1997.

Como citar o artigo:

PORTO, Helânia Thomazine. O QUE É ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA? Concepções de educadores do ensino fundamental de Teixeira de Freitas. In: FREITAS, Enelita de Sousa; SANTOS, Valci Vieira dos. *Linhas & entrelinhas: língua, literatura e prática de leitura*. 2. ed. Salvador: EDUNEB:EDUFBA, 2009.

Informações técnica do livro
Formato: 150 x 210 mm
Fonte: Book Antiqua, 11
Miolo: papel CHAMOIS BULK, 80 g
Capa: papel, 250 g
Páginas: 172
Tiragem: 300
Impressão: EGBA
ISBN 85-86873-44-6 – EDUNEB
ISBNA 85-232-0392-3 - EDUFBA